



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

**ANEXO II.A - APENSO 2 – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ENGAJAMENTO COM
PARTES INTERESSADAS (PEPI)**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

1. OBJETIVO

O presente documento refere-se à preparação do Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) a ser desenvolvido e implementado pela CONCESSIONÁRIA ao longo do ciclo da CONCESSÃO, que assegure a divulgação de informação relevante sobre a CONCESSÃO a partes interessadas e afetadas e o seu engajamento durante todo o ciclo do Projeto.

O PEPI será preparado em atendimento dos requisitos legais aplicáveis e irá descrever a estratégia e os meios para envolver sistematicamente as partes interessadas no ciclo de vida da CONCESSÃO, abrangendo indivíduos ou grupos que: (a) direta ou indiretamente afetados pela CONCESSÃO (pessoas afetadas pelo projeto); e (b) podem ter interesses no projeto e/ou capacidade de influenciar seu resultado, positiva ou negativamente (outras partes interessadas).

As partes interessadas podem incluir comunidades afetadas direta, indiretamente ou de maneira cumulativa (incluindo indivíduos e grupos vulneráveis), órgão governamentais, parceiros de financiamento ou agências de assessoria, instituições de ensino e formação, instituições de saúde, igrejas, políticos eleitos locais, serviços e negócios locais, ONGs e grupos comunitários, meios de comunicação, público interno etc.

O PEPI visa:

- Promover e facilitar o envolvimento inclusivo durante toda a vida do projeto, através da criação e estabelecimento de mecanismos que permitam a participação ativa das partes interessadas em vários estágios.
- Enfatizar a transparência, garantindo que as informações relevantes da CONCESSÃO sejam divulgadas de maneira oportuna, compreensível e acessível, em formato adaptado às diferentes categorias de partes interessadas e afetadas e às suas necessidades especiais.
- Avaliar o nível de interesse e apoio das partes interessadas na CONCESSÃO, buscando integrar as perspectivas das partes interessadas em aspectos críticos, como a elaboração do projeto e o desempenho ambiental e social, para processos de tomada de decisão mais informados e equilibrados.
- Estabelecer um Mecanismo de Gestão de Reclamações, que estabelece canais de comunicação para a apresentação de reclamações e procedimentos para responder e gerenciar com eficácia as queixas, promovendo uma abordagem proativa e responsiva às preocupações das partes interessadas.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

Durante a preparação do PEPI a CONCESSIONÁRIA deve considerar e aderir aos seguintes elementos-chave:

- O PEPI será um documento vivo, continuamente atualizado, que será usado para todos os aspectos do projeto, abrangendo todas as fases de implementação, promovendo processo de consulta e engajamento proativo e precoce, a ser mantido de forma regular, oportuna e culturalmente apropriada.
- O PEPI identificará, analisará e priorizará as principais partes interessadas, incluindo receptores socialmente sensíveis (como por exemplo escolas e prestadores de serviços de saúde) e indivíduos ou grupos identificados como desfavorecidos ou vulneráveis e delineará como, quando e com quem o engajamento ocorrerá, assegurando que as perspectivas das mulheres e indivíduos/grupos vulneráveis sejam obtidas e os seus interesses tidos em conta em todos os aspectos do planejamento dos projetos, incluindo o planejamento e a execução do reassentamento.
- O PEPI definirá os papéis e responsabilidades da equipe do projeto, preparando as bases para uma consulta e colaboração completas. Incluirá igualmente medidas destinadas a assegurar a disponibilidade de recursos humanos e financeiros suficientes para a implementação e gestão eficazes do PEPI.
- O processo de consulta deve prestar especial atenção à participação das pessoas identificadas como desfavorecidas ou vulneráveis e assegurar que as perspectivas das mulheres e destes grupos sejam obtidas e os seus interesses tidos em conta em todos os aspetos do planejamento dos projetos, incluindo o planejamento e a execução do reassentamento.
- A implementação do PEPI deve incluir a distribuição de informações sobre o andamento e o progresso da CONCESSÃO durante todo o seu ciclo de vida. Essa divulgação de informações deve ser regular, oportuna e culturalmente apropriada.
- O PEPI incluirá um mecanismo abrangente de reparação de queixas da CONCESSÃO, para identificar, gerenciar e abordar queixas específicas do projeto, tanto da comunidade quanto dos trabalhadores da CONCESSÃO, antes, durante e após as construções.

2. PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho deverá contemplar duas etapas, conforme descrição abaixo:

Etapas 1: Consolidação de dados e informações disponíveis

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

Coletar informações primárias para atualizar e detalhar a Identificação e Análise Preliminar de Partes Interessadas, que servirá de base para a elaboração do PEPI. Esta etapa deve considerar especialmente potenciais grupos vulneráveis que podem ter diferentes preocupações e prioridades sobre os impactos da CONCESSÃO, mecanismos de mitigação e benefícios, e que podem exigir formas diferentes ou separadas de engajamento.

A lista de partes interessadas, bem como a análise e mapeamento das partes interessadas, deverão ser continuamente revisadas e incorporadas às revisões do PEPI de acordo com o recebimento contínuo de comentários e contribuições de partes interessadas locais, nacionais e internacionais direcionadas à CONCESSÃO.

Etapla 2: Construção do Plano de Comunicação e Engajamento com Partes Interessadas

A partir das informações compiladas na Etapa 1, deve-se construir o PEPI contemplando:

- Descrição dos requisitos regulatórios e/ou outros requisitos para consulta ou divulgação;
- Identificação e priorização dos principais grupos de interessados;
- Estratégia e cronograma para compartilhamento de informações e consulta a cada um desses grupos;
- Descrição dos recursos e responsabilidades para implementar as atividades propostas;
- Descrição de como as atividades de engajamento serão incorporadas ao sistema de gerenciamento da CONCESSÃO.

O PEPI deverá ser estruturado cobrindo os seguintes itens:

- I. *Descrição da CONCESSÃO* - Apresentação sucinta da CONCESSÃO, destacando os impactos sociais e ambientais identificados que o projeto pode causar ou sofrer, tanto positivos quanto negativos, tais quais eventuais deslocamentos/desapropriações, interferência em áreas com bens patrimoniais e culturais reconhecidos, construção/reforma de novas estruturas de acesso às estações, aumento do contingente populacional atendido pelo serviço, dentre outros. Além disso, devem ser fornecidas outras informações do empreendimento, tais como: localização da CONCESSÃO e instalações associadas, identificando novos investimentos, cronograma de construção, potenciais impactos da instalação de novas estruturas, entre outros.
- II. *Regulamentos e Requisitos* - Apresentação dos requisitos regulatórios aos quais o empreendimento está sujeito ou comprometido no que tange aos processos de consulta ou divulgação de informações.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- III. *Identificação e análise das partes interessadas e afetadas* – Identificação das partes afetadas por categoria e avaliação dos tipos e graus de impactos da CONCESSÃO que provavelmente sofrerão, resumindo a análise em um mapa de partes afetadas. Identificação de outras partes interessadas, indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis e apresentação de uma visão geral abrangente de seu envolvimento, sintetizada numa matriz de partes interessadas, com identificação do seu interesse e influência na CONCESSÃO.
- IV. *Grupos vulneráveis* - Identificação das necessidades de grupos específicos que exigem apoio adicional no processo de consulta devido a fatores que limitam o acesso à informação e/ou na participação em ações de engajamento (como nível alfabetização, gênero, condições socioeconômicas, deficiência física, dificuldades de acesso a transporte, entre outras). Realizar uma análise da vulnerabilidade pré-existente e induzida pela CONCESSÃO para cada grupo identificado. Especificar como será realizada uma consulta significativa¹ para cada um desses grupos, tendo em consideração as suas necessidades para acesso à informação divulgada e às ações de consulta e engajamento.
- V. *Atividades anteriores de participação e consulta* - Apresentação, sucinta das atividades de consulta e engajamento realizadas na Etapa 1, incluindo:
- Tipo de informações divulgadas, formato e estratégia de comunicação;
 - Locais e datas das reuniões realizadas;
 - Indivíduos, grupos, e/ou organizações consultados;
 - Principais questões discutidas e principais preocupações e expectativas levantadas;
 - Respostas dadas (devolutivas) aos problemas levantados, incluindo quaisquer compromissos ou ações de acompanhamento; e
 - Processo realizado para documentar essas atividades.
- VI. *Plano de Engajamento* - descrição de todas as diretrizes, metas, objetivos, métodos de comunicação, consultas e participação, mecanismos de queixas, cronogramas, recursos, responsabilidades, dentre outras informações necessárias. Assim, minimamente, deverá conter:
- Meta e Objetivos: definir metas e objetivos visando a promoção de relações mutuamente benéficas com grupos de interesse locais, por meio da divulgação de informações relevantes e a recepção do feedback, a fim de reduzir riscos sociais, alimentar a confiança entre as partes.
 - Estratégias e Métodos de Divulgação de Informação: descrever os meios de comunicação mais adequados para engajamento dos grupos identificados, como por exemplo: jornais, pôsteres, rádio, televisão, exposições, panfletos, folhetos, redes sociais, relatórios etc.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- **Estratégias e Métodos de Consulta e Engajamento:** descrever os métodos a serem utilizados para a consulta das diferentes categorias de partes interessadas, como por exemplo, pesquisas qualitativas, métodos participativos, reuniões públicas etc. Descrever possíveis adicionais atividades de engajamento, tais como mecanismos tradicionais de consulta e tomada de decisões, parcerias realizadas com as comunidades locais, ONGs ou outros participantes da CONCESSÃO e programas socioambientais.
- **Matriz Síntese de Ações de Engajamento:** por fase da CONCESSÃO e por categoria de Partes Interessadas (PI), identificar a temática chave a apresentar nas ações de engajamento, identificando a metodologia a utilizar.
- **Mecanismo de Queixas:** apresentar o processo pelo qual as pessoas afetadas (positivamente/negativamente) pelo empreendimento podem trazer suas queixas e preocupações para avaliação e reparação quando for aplicável, identificando canais de entrada de reclamações, processo de registo, classificação e investigação e níveis de resolução (incluindo o recurso judicial). Este mecanismo deve incluir um protocolo diferenciado para tratamento de alegações relativas à exploração e abuso sexual e assédio sexual, confidencial e focado no sobrevivente a ser gerido por profissionais devidamente treinados para lidar com as reclamações e encaminhar os sobreviventes. Por fim, deve-se assegurar que o acesso das partes interessadas ao mecanismo de queixas deva ser livre e gratuito e, de preferência, ofertado em mais de um tipo de canal (0800, WhatsApp, *website*, urna em local de livre acesso e que garanta privacidade, entre outros).
- **Procedimento de manutenção e atualização contínua do Banco de Dados e de registo de todas as ações de divulgação de informação e engajamento,** com todas as categorias de partes interessadas, identificando as estratégias utilizadas, número de participantes em reuniões públicas ou com representantes de comunidades (com desagregação por gênero), incluindo com grupos vulneráveis.
- **Monitoramento e apresentação de Relatórios:** definir estratégias para divulgação dos resultados do PEPI para os atores sociais envolvidos (adequando a forma de escrita à cultura das partes interessadas, quando necessário), por exemplo: Boletins Informativos, Relatórios de Avaliação Socioambiental, Relatórios Anuais de Sustentabilidade, entre outros.